

*À Biblioteca do Colegiado Superior
Tribunal de Justiça.*

Assinada, 7 de dezembro de 2016.

Rodriges

FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL

Regime Jurídico e Fiscalização Judicial

Rodrigo Fernandes Lima Dalledone



**EDITORA
PRISMAS**

**Função Pública Notarial:
Regime Jurídico e Fiscalização Judicial
Rodrigo Fernandes Lima Dalledone**

1ª Edição - Copyright© 2016 Editora Prismas
Todos os Direitos Reservados.

Editor Chefe: Vanderlei Cruz
editorchefe@editoraprimas.com
Agente Editorial: Sueli Salles
agenteeditorial@editoraprimas.com.br
Capa, Diagramação e Projeto Gráfico: Diego Dittrich

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por: Isabel Schiavon Kinasz
Bibliotecária CRB 9-626

D146

Dalledone, Rodrigo Fernandes Lima
Função pública notarial: regime jurídico e fiscalização judicial / Rodrigo Fernandes
Lima Dalledone - 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2016.
222p.; 21cm

ISBN: 978-85-5507-315-1

1. Cartórios - Legislação. 2. Cartórios – Fiscalização. 3. Função notarial. I. Título.

CDD 342.06 (22.ed)
CDU 347.961

Coleção Ciências Jurídicas

Diretora Científica

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (FESMP-RS)

Consultores científicos

Anizio Irez Gavião Filho (FMP-RS)
Antonio Carlos Wolkmer (Unilassale-RS)
Davi Sanchez Rubio (Universidade de Sevilha-Espanha)
Eric Eduardo Palma González (Universidade de Chile)
Enzo Bello (UFF-RJ)
Fernanda Frizzo Bragato (UNISINOS-RS)
Flavia Santiago Lima (UNICAP-PE)
Gisela Maria Bester (UFT-Tocantins)
Gustavo Borges (UNESC-SC)
Ivone Fernandes Lixa (FURB-SC)
Jamile B. Mata Diz (UIT-MG)
Janaina Reckziegel (UNOESC-SC)
João Paulo Allain Teixeira (UNICAP-PE)

Liane Francisca H. Pazzinato (FURG-RS)
Lucas Machado Fagundes (UNESC-SC)
Maria Francisca Elgueta Rosas (Universidade do Chile)
Maiquel Angelo Dezordi Wermuth (UNUII-RS)
Marcia Andrea Buhring (PUC-RS/UCS-RS)
Maurício M. Reis (FMP-RS)
Renato Duro Dias (FURG-RS)
Rosane Leal da Silva (UFSM-RS)
Saulo Tarso Rodrigues (UFMT-MT)
Silviana Henkes (UFU-MG)
Thais Luzia Colaço (UFSC-SC)
Valcir Gassen (UNB-DF)

Editora Prismas Ltda.
Fone: (41) 3030-1962
Rua Cel. Ottoni Maciel, 545 - Vila Izabel
80320-000 - Curitiba, PR
www.editoraprimas.com.br



Sumário

Lista de Siglas	19
Introdução.....	21
Capítulo I	
Traços da evolução histórica da atividade notarial – de terrae brasilis à constituição cidadã	25
1.1 A colônia e o sistema jurídico português.....	27
1.2 O notariado: da colônia à atualidade.....	32
Capítulo II	
A função notarial: sua conformação e inserção na estrutura do estado brasileiro contemporâneo	49
2.1 A função notarial como função pública	51
2.2 A função administrativa	54
2.2.1 Teorias sobre a função administrativa	59
2.2.2 Os conceitos e a análise de seus elementos	61
2.3 Para além da função administrativa.....	69
2.4 O aspecto público da função notarial	80
2.4.1 A figura do notário	81
2.4.2 As unidades de trabalho – dos “cartórios” aos “serviços”	86
2.4.3 Poderes públicos de autoridade	90
2.4.4 A fé pública notarial	92
2.4.5 Relação Administrativa Especial.....	96
2.4.6 A atividade notarial como documentação	98
2.5 O aspecto de profissão livre do direito	101
2.5.1 A vontade das partes	102

2.5.2 Assessoria e conselho	104
2.5.3 Independência e imparcialidade do notário	108
2.6 Fechando o círculo.....	119

Capítulo III

O atual regime jurídico do notariado brasileiro..... 121

3.1 Regime jurídico	123
3.2 A delegação da função notarial	126
3.2.1 Delimitação	126
3.2.2 A delegação em Direito Administrativo.....	127
3.2.3 A delegação da função notarial.....	130
3.3 O procedimento de outorga de delegações: os concursos públicos de ingresso e remoção	135
3.4 A questão do poder delegante	141
3.5 Escreventes e substitutos	146
3.6 Regime disciplinar.....	150
3.6.1 Processo administrativo disciplinar.....	150
3.6.2 Deveres, infrações e sanções	151

Capítulo IV

A fiscalização das atividades notariais pelo poder judiciário 155

4.1 A atividade correicional	158
4.1.1 Estrutura correicional.....	161
4.1.2 Finalidades da atividade de fiscalização judiciária.....	163
4.1.3 A fiscalização judiciária e a independência notarial.....	167
4.2 O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a função notarial	169
4.2.1 CNJ: estrutura e atribuições	170
4.2.2 Os procedimentos no CNJ e a função notarial – linhas gerais	174
4.2.2.1 Sindicância	176

4.2.2.2 Reclamação disciplinar	179
4.2.2.3 Processo administrativo disciplinar	181
4.2.2.4 Procedimento de controle administrativo (PCA)	184
4.3 O prazo decadencial para anulação de atos administrativos	186
4.3.1 O Regimento Interno do CNJ à luz da Constituição da República.....	187
4.3.2 O princípio da segurança jurídica (proteção à confiança).....	189
4.4 Atividade normativa do Poder Judiciário na fiscalização da função notarial.....	194
4.4.1 As normas técnicas	195
4.4.2 As Resoluções do Conselho Nacional de Justiça ..	197
4.4.2.1 Matérias submetidas à reserva de lei formal	200
4.4.2.2 Criação de direitos e deveres e sanções.....	201
Considerações Finais	203
Referências Bibliográficas	207